

# Soberania em alerta na América do Sul



» SEBASTIAN WATENBERG  
Consultor em relações institucionais e governamentais nos setores de defesa e segurança. Foi professor universitário

A escalada de tensão na América do Sul deixou de ser um tema restrito a análises acadêmicas ou relatórios diplomáticos. Ela se manifesta de forma concreta em disputas territoriais, instabilidade política, avanço do crime organizado transnacional e pressões migratórias crescentes. O cenário exige atenção redobrada do Brasil, especialmente diante de crises prolongadas em países vizinhos, como a Venezuela, que combinam fragilidade institucional, deterioração econômica e impacto regional.

O Brasil possui mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres, muitas delas em áreas de difícil acesso e baixa presença do Estado. Esse fator, somado à instabilidade regional, cria um ambiente propício para o avanço de redes criminosas, contrabando, tráfico de drogas e circulação irregular de pessoas. Não por acaso, episódios recentes de tensão na fronteira norte reacenderam o debate sobre soberania, defesa e capacidade de resposta do país.

A experiência internacional mostra que crises prolongadas raramente permanecem confinadas aos limites nacionais. Instabilidade política e colapso institucional produzem efeitos diretos sobre fluxos migratórios, criminalidade transnacional e

disputas por áreas estratégicas. Em regiões fronteiriças extensas, como as brasileiras, esses impactos tendem a ser amplificados, exigindo respostas estruturadas e permanentes do Estado.

O Brasil, pela própria dimensão territorial e influência política, não pode se dar ao luxo de adotar uma postura reativa. A ausência de planejamento de longo prazo em defesa e segurança compromete não apenas a proteção do território, mas também a capacidade de liderança regional. Quando o Estado falha em antecipar cenários, perde margem de manobra diplomática e fica refém de crises que não controla.

É necessário modernizar o aparato de defesa e vigilância. Tecnologias de monitoramento, integração de sistemas, inteligência estratégica e presença permanente nas fronteiras são elementos essenciais para enfrentar ameaças híbridas, que combinam ações militares, redes criminosas e pressões sociais. A soberania, hoje, não se sustenta apenas com tropas, mas com informação, coordenação e capacidade tecnológica.

No caso brasileiro, a proteção das fronteiras deve ser tratada como política de Estado, e não como resposta emergencial a crises episódicas. A articulação entre Forças Armadas, órgãos de segurança, diplomacia e Congresso Nacional é condição básica para construir uma estratégia consistente, capaz de antecipar riscos e proteger interesses nacionais em um ambiente regional cada vez mais volátil.

A crise venezuelana é um exemplo emblemático de como a deterioração institucional de um país pode gerar efeitos em cascata sobre seus vizinhos. Fluxos migratórios intensos, aumento da

pressão sobre serviços públicos e crescimento de atividades ilícitas são consequências diretas de um colapso prolongado. Ignorar esses sinais significa aceitar a perda gradual de controle sobre áreas sensíveis.

O Congresso Nacional tem papel decisivo na formulação de marcos legais, na definição de prioridades orçamentárias e na fiscalização das políticas de defesa. Em um contexto de instabilidade regional, a omissão institucional fragiliza a capacidade de resposta do país e compromete sua credibilidade internacional. Fortalecer a soberania brasileira passa, portanto, por uma combinação de planejamento estratégico, investimento contínuo e presença efetiva do Estado nas regiões mais sensíveis. Países que ignoram sinais de instabilidade ao redor de suas fronteiras tendem a pagar um preço elevado no médio e longo prazos.

Mais do que reagir a crises pontuais, o desafio está em compreender que soberania se constrói diariamente. A América do Sul atravessa um período de tensão silenciosa, e negligenciar esse contexto significa abrir mão de protagonismo regional e de capacidade de proteção dos próprios interesses nacionais.

Nesse cenário, ganha relevância a necessidade de políticas públicas consistentes que integrem, na defesa, a presença do Estado e o fomento das cadeias produtivas. Investir em capacidades nacionais, fortalecer a indústria estratégica e assegurar previsibilidade institucional são medidas que contribuem não apenas para a segurança, mas também para a estabilidade econômica e política do país, em um ambiente regional marcado por incertezas crescentes.

Maurenilson



## Boas festas, sem estresse



» ELIZABET GARCIA CAMPOS  
Psicóloga, fundadora do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida - IBQV

2025 está chegando ao final! Fim de ano é o momento em que mais filosofamos, e fazê-lo com auxílio do valioso mestre Gonzaguinha nos impulsiona a refletir profundamente. A vida o que é? Maravilha ou sofrimento? Alegria ou lamento? O fato é “que ninguém quer a morte. Só saúde e sorte”.

Viver melhor é anseio e soma a todas as pessoas, seja qual for a origem, condição social ou crença. No entanto, é necessário considerar que estamos em constante conflito entre a satisfação das nossas necessidades e as pressões pelo meio social em que vivemos que nos levam à inquietação, à ansiedade, à exaustão e ao estresse. É um ciclo vicioso e continuamos ligados no piloto automático, reclamando de tudo e de todos, perdendo energia sem nos darmos conta.

O corre-corre das compras de presentes, confraternizações, preparação para as férias, fechamento anual das atividades profissionais, balanços financeiros, cheque de saúde, engarrafamento no trânsito, filas do supermercado etc. O corre-corre deixa as emoções à flor da pele,

principalmente diante das situações ainda sem solução ou mal resolvidas.

Entramos numa maratona física e emocional, ficamos exaustos, acumulamos tensões justamente numa fase em que o espírito natalino fica mais sensível do que nunca. Talvez, porque, o final de ano sempre nos estimula a refletir para passar a vida a limpo, revisar acertos e erros, planejar novas metas e fazer promessas para o próximo ano!

Se não podemos nos livrar das condições sociais a que somos submetidos, de que forma podemos interagir com a realidade, promovendo uma revolução interior, mudando esse roteiro? Se já estamos com a cabeça em 2026, precisamos acreditar que cada virada de ano traz a possibilidade de inovar, realizar sonhos, buscar novas formas de viver com mais qualidade. As coisas novas que o próximo ano poderá nos trazer vão depender muito de nós mesmo.

Precisamos valorizar a vida e ter consciência da rapidez com que ela está passando. Agora é tempo de fazer, de novo, um balanço daquilo que realizamos no ano que está terminando, conscientes das oportunidades que deixaram de ser aproveitadas por falta de tempo ou por falta de um desejo real e de uma determinação efetiva.

Segundo Frei Betto, “qualidade de vida é ter o domínio do tempo e não se sujeitar à pressão dele”. Como o tempo não tem parada ou estação, precisamos aprender usá-la a nosso favor. Por que não, neste novo ano que está chegando, exercitarmos o entusiasmo, a ousadia, a vitalidade, a humildade,

a persistência e o equilíbrio?

E por que não “fazer do limão uma limonada”? Por que não nos prepararmos para as adversidades que a vida nos reserva? Assim, já que 2026 promete, não sofra por antecipação, dê prioridade a você, não faça comparação com os outros, invista seu tempo apenas no que lhe interessa e lhe dê prazer, não “brigue” com a realidade, procure adaptar-se e tire dela o que há de melhor. Aceitar os fatos, é o primeiro passo para a mudança. Estabeleça prioridades e aprenda a dizer não, cultive o hábito de falar menos e ouvir mais, exercite sua paciência, relaxe, enfrente as crises sem sofrer demasiado.

São coisas simples que podemos colocar em prática e que certamente vão nos garantir uma vida com mais qualidade. Como tão bem expressou Carlos Drummond de Andrade, “12 meses são suficientes para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos”. Aí, entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez, com outro número e outra vontade de acreditar que, daqui para diante, vai ser diferente.

Com determinação, garra e disciplina, podemos reduzir o estresse e investir no espírito natalino em benefício da própria felicidade. Vamos celebrar as conquistas do ano que está acabando. Vamos olhar para trás e ver que valeu a pena, fechar um ciclo e, ao mesmo tempo, dar início a outro. O importante mesmo é seguir em frente e esperar que 2026 não seja apenas bom, mas, sim, bem melhor!

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circacunha@dadabr.com.br](mailto:circacunha@dadabr.com.br)

## O horizonte incerto de 2026

O ano de 2025 encerra-se no Brasil não como um período de consolidação, mas como um ponto de inflexão. Longe do discurso oficial de estabilidade e reconstrução, os fatos revelam um país institucionalmente tensionado, economicamente pressionado e socialmente anestesiado por políticas de curto prazo. O Brasil que entra em 2026 não é o retrato otimista apresentado em palanques e peças publicitárias, mas uma nação que convive com crescimento baixo, endividamento crescente, desconfiança institucional e um Estado cada vez mais caro e menos eficiente.

Um dos programas como a reforma fiscal reorganiza tributos, mas não enfrenta o problema central: o nível excessivo de gastos públicos. Ao contrário, o desenho do novo sistema cria condições para elevação silenciosa da carga tributária, sobretudo sobre consumo e serviços exatamente onde estão as classes média e trabalhadora.

Empresas menores, prestadores de serviços e profissionais liberais tendem a ser os mais afetados, enquanto setores com maior capacidade de lobby preservam benefícios. A promessa de neutralidade arrecadatória carece de credibilidade diante da realidade fiscal do país.

Em 2026, o cidadão sentirá os efeitos de forma concreta dos preços ajustados ao novo modelo, dos repasses de custos ao consumidor final, do aumento da complexidade na fase de transição e da maior dependência de arrecadação para sustentar o gasto público crescente.

Um dos dados mais reveladores de 2025 é o número de brasileiros dependentes, direta ou indiretamente, de programas assistenciais. Longe de ser apenas uma política de proteção social, o modelo atual consolidou um sistema de dependência permanente, sem contrapartidas efetivas de qualificação, produtividade ou emancipação econômica.

Ao mesmo tempo em que o Estado ampliou sua presença como provedor, não se impôs como indutor de autonomia. O resultado é um país com baixa mobilidade social, mercado de trabalho informal persistente, estímulos distorcidos à produtividade e o uso excessivo político da assistência social. Em 2026, esse modelo torna-se ainda mais delicado, pois coincide com ano eleitoral, aumentando o risco de expansão de gastos sem lastro fiscal e com objetivos claramente eleitorais.

Outro ponto a destacar é a CPMI do INSS, que poderia representar um divisor de águas no combate a fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas, caminha para um desfecho frustrante. Após meses de trabalhos, o que se viu foi a diluição de responsabilidades, a postergação de decisões e a tentativa clara de encerrar o tema sem enfrentar os verdadeiros beneficiários do esquema. Fraudes sistêmicas, descontos indevidos, conivência de instituições financeiras e falhas graves de fiscalização vieram à tona, mas sem consequências ou punições proporcionais à gravidade dos fatos.

A tendência para 2026 é que o relatório final resulte em recomendações genéricas, sem responsabilização criminal efetiva ou reformas estruturais profundas. Para milhões de brasileiros, a mensagem é clara: o Estado falhou em proteger quem mais depende dele, não por favor, mas por ter trabalhado por toda a vida. Não houve, por parte das autoridades, demonstração real de corrigir o sistema.

Mais tarde veio o colapso do Banco Master que foi mais do que um escândalo financeiro: foi um alerta sobre a fragilidade da supervisão bancária e a politização das instituições de controle. Operações temerárias, emissão de títulos sem lastro e falhas graves de fiscalização expuseram um sistema que reage tardiamente e protege-se corporativamente. A liquidação extrajudicial, os atrasos no ressarcimento de credores e o empurra-empurra entre Banco Central, Judiciário e órgãos de controle corroeram a confiança no sistema financeiro e regulatório.

Em 2026, os efeitos persistem do passado recente com a judicialização prolongada, a insegurança para investidores, os questionamentos sobre a independência real dos reguladores e o desgaste institucional profundo. O episódio reforça a percepção de que no Brasil a punição é exceção, não regra, especialmente quando interesses políticos e financeiros se entrelaçam.

Politicamente, 2025 aprofundou a polarização e enfraqueceu a confiança nas instituições. O discurso de “nós contra eles” não apenas permaneceu, como foi incorporado à lógica de governabilidade. O Congresso opera sob chantagem orçamentária, o Judiciário assume protagonismo excessivo, e o Executivo governa com um discurso na tela e uma realidade fora do cinema. A consequência é um ambiente de instabilidade crônica, no qual decisões estratégicas são adiadas, reformas estruturais evitadas e o debate público empobrecido.

Em 2026, ano eleitoral, esse cenário tende a se agravar. A disputa, como sempre foi, não será por projetos de país, mas por controle de narrativas, máquinas estatais e alianças circunstanciais. O cidadão, mais uma vez, assiste como espectador de um jogo onde os gols não lhes fazem bem. Nuncase resolve seus problemas concretos: saneamento, educação, saúde, segurança e transporte. O Brasil que entra em 2026 não colhe os frutos de um ciclo virtuoso, mas paga o preço de escolhas políticas baseadas em curto prazo, expansão do Estado e negligência fiscal. A reforma tributária não se incomoda com o gasto excessivo. O assistencialismo não gera autonomia. As investigações não produzem justiça. E as instituições mostram sinais claros de desgaste. O desafio do cidadão brasileiro em 2026 será sobreviver.

### A frase que foi pronunciada:

“As leis são teias de aranha por onde passam as moscas grandes e as pequenas ficam presas.”

Honoré de Balzac

### História de Brasília

Minha vizinha ai do lado passou quase uma hora presa num elevador, na manhã de ontem. Durante todo este tempo estiveram telefonando para o plantão da Atlas, e ninguém atendeu. (Publicada em 13.05.1962)